

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

JORNAL DA fisenge

Ano VI nº 46
fevereiro/março - 2011



Entrevista
Reginaldo Nasser
Professor de Relações
Internacionais da PUC-SP
Página 8



Valter Campanto/ABr

Tragédias revelam a histórica falta de planejamento das cidades

Milhares de desabrigados, centenas de feridos e mortos. Este foi o resultado de uma das maiores catástrofes naturais ocorridas no país, em janeiro deste ano. Dezembro e janeiro se tornaram meses de apreensão, devido às chuvas torrenciais. Em 2010, tivemos deslizamentos e alagamentos em diversas regiões do país, como Pernambuco, Alagoas, São Paulo e, em 2011, a história se repete. Para compreender a natureza dos desastres, o *Jornal da Fisenge* entrevistou especialistas e o secretário nacional de Defesa Civil, Humberto Viana.

Páginas 4 e 5

Senge-RJ lança cadernos temáticos

Duas áreas estratégicas para o país são: energia e comunicação. Com o objetivo de fomentar o debate, o Senge-RJ está lançando dois cadernos temáticos sobre estas questões. “Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo” é o título do primeiro caderno, e “A crise do atual modelo energético e sua difícil solução” é o tema da segunda publicação, que trata da questão energética no mundo.

Página 3

Ciência e Tecnologia é tema de destaque do 6º Encontro de Lideranças

Aconteceu entre os dias 21 e 25, o 6º Encontro de Lideranças do Sistema Confea/Creas, em Brasília. Um dos destaques foi o painel sobre *Política Nacional de CT&I* apresentado pelo ministro Aloizio Mercadante. “Ciência, tecnologia e educação são as bases da sociedade do futuro”, ele apontou. Além deste tema, foi ressaltada a importância da formação do engenheiro e a necessidade de um Plano Nacional de Estímulo à Formação de Engenheiros.

Página 6

EDITORIAL

Cidades ameaçadas

A tragédia da região serrana do Estado do Rio de Janeiro e tantas outras registradas em diversos pontos do país, com menor número de vítimas, mas com cenas não menos assustadoras, exigem reflexão urgente.

É hora de garantir que municípios, comprovadamente despreparados para evitar calamidades e atender à população desabrigada e desalojada, tratem com seriedade o plano diretor de cada uma de nossas cidades.

Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que grande parte dos problemas das áreas urbanas em nosso país tem sua origem em planos diretores mutilados por negociações da especulação imobiliária, por interesses privados e por um fisiologismo que, com grande frequência, transforma planos diretores em verdadeiras colchas de retalhos, sem coerência e sem consistência.

Elaborados com a participação da sociedade, dotados de instrumentos que permitem planejar e disciplinar o crescimento urbano, os planos diretores têm o papel primordial de pensar a cidade do ponto de vista de toda a sociedade e produzir melhores condições de vida para a população.

Para que isso aconteça, além da participação popular, precisam mapear áreas de risco, controlar e limitar o crescimento das construções nas encostas, legislar sobre abusos, proteger reservas, estabelecer regras, orientar e fiscalizar.

Engenheiros e arquitetos são protagonistas nesta construção e, como tal, devem estar à frente deste movimento, denunciando, atuando e subsidiando amplo debate com a sociedade brasileira.

Não basta reunir todas as instâncias de poder e órgãos técnicos para avaliar o que ocorreu e propor soluções. É altamente louvável que partidos, parlamentares, gestores públicos, centrais sindicais e organizações da sociedade civil se unam em defesa de uma legislação que possa prevenir as tragédias que crescem a cada ano.

A Diretoria

Presidentes do Senge-PR e do Crea-PR falam sobre importação de engenheiros em rede nacional

No dia 26 de janeiro, o jornal *Bom Dia Paraná* abordou o tema discutido na edição do telejornal *Bom Dia Brasil*, no qual o presidente do Senge-PR, Valter Fanini, criticou a importação de engenheiros para trabalhar no país. Esta preocupação advém do anúncio do governo, que admite a contratação de mão-de-obra estrangeira e do início das negociações com EUA, Chile e Colômbia. As áreas com maiores demandas de engenheiros são: indústria naval e petróleo e gás. Fanini defendeu a formação de novos profissionais, pois, segundo ele, a importação pode provocar o achatamento dos salários. O jornal paranaense também contou com a participação do presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea-PR), Álvaro Cabrini, que reiterou a posição defendida pelo Senge-PR na reportagem nacional.

“Precisamos formar mais engenheiros ou formar mais engenheiros de qualidade para atender à demanda do mercado? A academia precisa repensar a grade curricular”, ratificou. De acordo com Cabrini, no Paraná, cerca de 50 mil profissionais estão no mercado, mas não no mercado formal da engenharia. Outro ponto abordado pelos jornalistas do *Bom Dia Paraná* foi a chegada da Copa do Mundo. “Todo investimento que precisava ser feito não faremos em dois ou três anos simplesmente. Os aeroportos, por exemplo, não entrarão em colapso daqui a alguns anos. Eles já estão em colapso”, apontou Cabrini. Assista à matéria no site da Fisenge em www.fisenge.org.br.



Grandes nomes confirmam presença no 9º Consenge

A mobilização em torno do 9º Congresso de Sindicatos de Engenheiros (Consenge) aumenta a cada dia. A palestra de Ermínia Maricato, arquiteta e professora da Universidade de São Paulo (USP) está confirmada e também o professor e engenheiro eletricista Dorival Gonçalves Junior, da Uni-

versidade Federal do Mato Grosso. Para as teses, estão confirmados: Valter Pomar, que falará sobre integração da América Latina; e o professor doutor da Universidade Federal do ABC, Francisco Comaru, com contribuições de Ermínia Maricato e Laura Bueno, arquiteta e professora titular da PUC de Campinas.



Senge-RJ lança cadernos com temas estratégicos para o país

Comunicação e energia são os temas dos cadernos publicados pelo Senge-RJ. “Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo” é o título do primeiro caderno, que traz reflexões do jornalista Pascual Serrano acerca dos veículos de comunicação e os cenários nos quais se projetam. Com apresentação de Vito Giannotti e prefácio de Ignácio Ramonet, o caderno descortina o processo de funcionamento editorial e, principalmente, político dos meios de comunicação. Serrano também discute a manipulação das informações e o direito à democratização da comunicação, bem como o controle social dos veículos.

Já o segundo caderno publicado trata da questão ener-

gética no mundo, intitulado “A crise do atual modelo energético e sua difícil solução”. A publicação traz apontamentos de Gorka Bueno, doutor em Engenharia, professor titular de Tecnologia Eletrônica na Universidade do País Basco e especialista em Energia Fotovoltaica. Os chamados “apagões” não são termos familiares apenas aos brasileiros, mas também a diversas populações do mundo, como por exemplo, Dinamarca, Itália, Reino Unido, Nova Iorque, entre outros. Partindo desta conjuntura de dificuldades, Gorka Bueno propõe uma avaliação didática e conceitual, além de debater a eficiência energética e o papel dos combustíveis fósseis como vetores de energia.

Entidades mobilizadas garantem vigência de salário regional com negociação coletiva

No dia 30 de janeiro, a comissão eleita pelas centrais sindicais – assessorada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – chegou a um acordo com a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc). O encontro tratou dos valores dos pisos salariais da Lei nº459/09, que estabelece o Salário Mínimo Regional no Estado. De acordo com o presidente do Seagro-SC, Jorge Dotti, o acordo foi estabelecido com uma referência de 7%. “Entretanto, o arredondamento dos números significou, para cada faixa salarial, um percentual um pouco acima dos 7% negociados”, afirmou.

O Termo de Compromisso de Reajuste do Piso Regional, assinado entre as partes, foi entregue diretamente ao governador do Estado pelos representantes das centrais sindicais e entidades empresariais. “O Governador assumiu o compromisso de enviar o Projeto de Lei o mais rápido possível para a aprovação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Sendo este um acordo que tem a aprovação das três partes envolvidas, avaliamos que não haverá maiores dificuldades para a aprovação na Alesc”, informou José Álvaro Cardoso, supervisor técnico do Dieese em Santa Catarina.

Tabela de negociação

	Lei Complementar n. 459-2009	Piso negociado
Primeiro	R\$ 587,00	R\$ 630,00
Segundo	R\$ 616,00	R\$ 660,00
Terceiro	R\$ 647,00	R\$ 695,00
Quarto	R\$ 679,00	R\$ 730,00

Sindicatos filiados



CAPA

Ocupação irregular e omissão governamental causam desastres

Para além do fenômeno da natureza, é preciso analisar o processo histórico de organização das cidades

“Aquela sexta estava um caos”, revelou a publicitária Bárbara Lisboa, descrevendo o primeiro dia após as intensas chuvas na região serrana. Nesse dia, ela havia ido buscar a mãe e a avó, que moram em Nova Friburgo. “A estrada, até a cidade, estava com vários pontos de deslizamento e até o asfalto cedeu. Mesmo dentro da cidade, não havia passagem em determinados locais. O centro de Friburgo era praticamente uma parada militar: muitos caminhões da Marinha e do Exército, muitas ambulâncias, o comércio com as portas meio levantadas e meio fechadas”, contou Bárbara que trouxe sua família para o Rio de Janeiro.

Esta foi uma das maiores tragédias ocorridas no país, com registro de mais de 900 mortos. Um forte temporal atingiu a região serrana do Rio de Janeiro durante a madrugada do dia 11 de janeiro e, em algumas horas de chuva constante, choveu mais do que o esperado para o mês inteiro. Até o final da edição deste jornal, foram registrados mais de 400 desaparecidos e aproximadamente 30 mil sobreviventes ficaram sem suas casas. Os deslizamentos de terra e enchentes não deram trégua e todo o país demonstrou uma importante rede de solidariedade com trabalho voluntário e doações.

Embora seja fundamental este movimento solidário, é preciso questionar e discutir questões centrais, como: a histórica especulação imobiliária desenfreada; o processo de expulsão dos mais pobres das cidades; as construções irregulares em terrenos que atentam contra a vida; a falta de saneamento básico adequado e universal; entre outros inúmeros

problemas que culminam na falta de democratização das cidades. “Acho complicado culpabilizarmos um ou outro governo, pois, em alguns casos, o fenômeno escapa do macroprocesso, como, por exemplo, a continuidade das chuvas por várias horas, escorrendo para um canal de drenagem e arrastando pela cidade”, disse o gerente de projeto do Ministério das Cidades, Thiago Galvão. Outro ponto destacado por ele é o fato de Friburgo ter um dos melhores Planos Municipais de Redução de Risco. “O plano e a Defesa Civil não dariam conta, porque há uma especificidade geológica. Alguns cenários são muito complexos e precisam de ações específicas”, completou. No entanto, o geólogo e presidente do Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro (DRM-RJ), Flávio Erthal admitiu, durante o *Fórum de Debates sobre os Desastres na Região Serrana*, que não havia instrumentos de medição nas áreas.

O objetivo do Plano Municipal de Redução de Risco é a conjugação de serviços técnicos de engenharia, arquitetura, urbanismo, geologia, geotecnia, geoprocessamento, identificando possíveis áreas de risco. O geólogo Manoel Barreto, também diretor de Geologia e Recursos Minerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e ex-vice-presidente da Fisenge, contou que, em Manaus, certa vez, conseguiram evitar mortes em uma enchente. “Por meio de um efetivo sistema de alerta e mapeamento, informamos Manaus sobre a vindoura enchente com 75 dias de antecedência, emitimos alerta e as ações foram concretas, graças ao mapeamento de risco. Não morreu ninguém”, lembrou.



Mais de 900 mortos pelas chuvas e cerca de 400 pe

Instrumentação técnica

De acordo com Barretto, a CPRM – o maior centro de estudos geológicos do país – utiliza informações de meteorologia, hidrometeorologia e dados coletados

ENTREVISTA com o Sec da Defesa Civil, Humberto

Que políticas de contenção de desastres o Ministério tem investido nos últimos anos e recentemente?

A prevenção é a ideia central e engloba aspectos de obras, equipamentos e informações seguras. Hoje, o grande desafio é desenvolver uma cultura preventiva e efetivamente executar o que já está planejado na Defesa Civil. Esse esforço envolve municípios, estados e governo federal. É preciso que haja interação, entendimento e compreensão, para que políticas com o foco preventivo sejam realizadas, aperfeiçoadas e fiscalizadas.

É possível evitar tragédias desta magnitude? A partir de que instrumentos e metodologias?

Eu fiquei seis dias na região serrana do Rio



Valter Campanto/ABR

vez, a situação foi diferente, pois não atingiu somente os mais pobres e sim, uma parcela mais rica da população moradora dos condomínios, fruto de um processo de especulação imobiliária. O problema aí é a falta de planejamento”, advertiu.

Já Thiago Galvão propõe a unificação da metodologia e sugere a implantação de radares, taludes e planos de contingência. Barreto complementa: “Num projeto ideal, é necessário mapeamento geológico em escalas adequadas; mapeamento geotécnico para definir áreas de expansão, habitação e não habitação”.

Faltam projetos

Para além das especificidades da região, é preciso estabelecer políticas adequadas, e os planos municipais cumprem essa premissa. De acordo com Thiago Galvão, tais políticas seguem as diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelecem pilares fundamentais. “As quatro linhas consagradas internacionalmente são: diagnóstico (análise de risco); medidas estruturantes (obras); medidas não estruturantes (planos, legislação); e informação (capacitação). Estes são pontos essenciais e seguidos pelo Ministério das Cidades para a elaboração de um programa de gerenciamento de risco”, explicou.

De acordo com informações do Ministério das Cidades, em um primeiro momento é montada uma linha de capacitação, que pode ser à distância ou presencial, para os diversos atores municipais; depois é dado um foco técnico para a compreensão do mapa de risco; culmina na contratação de especialistas para adequar políticas à realidade local. No campo das políticas estruturantes, são feitos estudos, diferentemente de projetos, com estimativa de custos e critérios de prioridade para a realização de obras. “Pela primeira vez, a prevenção de risco entra como prioridade no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Dez anos atrás, este setor estava completamente esquecido, agora serão R\$11 bilhões no PAC 2, sendo R\$10 bilhões para drenagem e R\$1 bilhão para encostas”, informou.

O gerente de projetos do Ministério das Cidades, Thiago Galvão, ainda pontuou que, muitas vezes, o município não tem estoque de projeto. “Estamos no processo de viabilizar projetos e já está prevista a segunda seleção de projetos para o PAC 2. Também estamos elaborando um diploma legal com o objetivo de colocar em lei tudo o que o município precisa ter para um bom e eficaz gerenciamento de risco”, acrescentou.

ssos desaparecidas

em campo. No entanto, ele alerta que a área não deveria ter sido ocupada há décadas. “Por meio de mapeamento geológico e geotécnico, concluiríamos que a área não deveria ter sido ocupada. Desta

retário Nacional rto Viana

de Janeiro. Cheguei ao local menos de 24h do desastre, e o ponto principal que a gente observou, conversando com muitos geólogos e geotécnicos, foi que ninguém, até aquele momento, tinha imaginado que poderia ocorrer uma catástrofe daquele tamanho e com as proporções que ela atingiu. Era inimaginável. Como já disse em outras ocasiões, os desastres naturais vão continuar e não temos como impedir isso agora. Então, devemos nos preparar para esses possíveis desastres. Isso pode ser feito por meio de um mapeamento de risco, que já está instalado no Brasil. O que precisamos agora é centralizar as informações para emitir uma resposta rápida e eficaz. Devemos ser proativos, trabalhando na vanguarda e mudando a nossa cultura,

Adalberto Marques/ Integração Nacional



de só operar na hora do desastre, e passar a atuar primordialmente na prevenção.

Hoje, no Brasil, é possível apontar áreas de risco e que merecem atenção, com o objetivo de antecipar soluções?

Essas áreas estão sendo, hoje, mapeadas pela Universidade Federal de Santa Catarina e, posteriormente, teremos um pro-

duto que demonstrará claramente onde estão os principais pontos de risco, além de termos um diagnóstico completo do local. Esse trabalho vai além da simples identificação do ponto físico. Significa fazer uma análise e envolve o trabalho de geólogos, geotécnicos,

engenheiros e arquitetos urbanistas. Com o mapeamento de risco, podemos aplicar os recursos orçamentários em obras preventivas; elas são mais caras, mas os resultados, em médio e longo prazo, causam uma grande economia, e podem, assim, antecipar soluções.

ENCONTRO DE LIDERANÇAS

Mercadante enfatiza a necessidade de um plano nacional de formação de engenheiros



Painel sobre Ciência e Tecnologia debate formação de engenheiros e produção de conhecimento

Produção de conhecimento e formação de engenheiros foram os temas que balizaram o painel “Política Nacional de CT&I e Política de Desenvolvimento Produtivo (Investimentos: Desafios e Oportunidades)”, do 6º Encontro de Lideranças, promovido pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). Sob a coordenação do presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Carlos Roberto Bittencourt, o debate foi apresentado pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, no dia 22.

Para o ministro, a estabilidade econômica conquistada nos últimos anos, aliada à criação de um mercado consumidor interno levou o Brasil ao cenário atual, de retorno do crescimento. “Estamos retomando o planejamento estratégico do país, que tínhamos perdido desde o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento, na década de 1970”, afirmou. “A produção de conhecimento e o desenvolvimento de novas tecnologias são fundamentais para o desenvolvimento do país, especialmente, num momento de construção democrática de um projeto de na-

ção comprometido com a sociedade”, disse o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt.

“No Brasil, formamos um engenheiro para cada 50 graduados em outros cursos de nível superior. Na China, forma-se um engenheiro para cada 4 graduado e, no México – país com indicadores econômicos semelhantes aos do Brasil –, a relação é de um para vinte”, disse Mercadante. Bittencourt destaca que é necessário discutir a formação dos profissionais, melhorar o ensino das universidades, bem como os cursos de pós-graduação da engenharia. “É perfeitamente possível aliar tecnologia, crescimento econômico com desenvolvimento social”, pontuou. “Para avançarmos, precisamos de um Programa Nacional de Estímulo à Formação de Engenheiros”, ressaltou Mercadante.

ELEIÇÕES

Agostinho Guerreiro e Raul Zucatto, presidentes dos Creas do Rio de Janeiro e de Santa Catarina foram eleitos, respectivamente, como coordenador e coordenador-adjunto do Colégio de Presidentes do Sistema. Para a coordenação do Colégio de Entidades Nacionais (CDEN), foi eleito o presidente da Contae, Ricardo Nascimento. Já nos Comitês Permanentes do CDEN, a Fisenge manteve a titularidade no Comitê de Desenvolvimento Nacional, coordenado pelo presidente da Federação, Carlos Roberto Bittencourt.

REPRESENTAÇÃO

Silvio Ramos é o novo chefe de gabinete do Confea, e Paulo Bubach assume *Projeto Pensar o Brasil*

No começo de janeiro, foi indicado para assumir a chefia de gabinete do Confea, Silvio Ramos. Contemporâneo de Marcos Túlio, quando presidentes de Creas – Silvio no Crea-ES, e Marcos Túlio no Crea-MG –, ambos puderam construir juntos significativos projetos para o Sistema Confea/Creas. “Fui convidado algumas vezes a compor a equipe, mas a hora chegou agora. Estamos com uma folha serviços importante nesse final de mandato, e a ex-

pectativa é de concluir o trabalho tão bem exercido anteriormente”, disse Silvio. Renato Andrade, que também foi chefe de gabinete do Confea, retorna à diretoria do Sengen-BA e seu trabalho no Crea-BA. Quem assumiu a coordenação do projeto *Pensar o Brasil* foi o ex-presidente da Fisenge, Paulo Bubach, substituindo José Carlos Xavier, conhecido como Grafite, que é o novo presidente da Companhia Metropolitana de Transporte de Goiás. “Nossa

expectativa é de dar continuidade ao projeto, principalmente através do estímulo e apoio à atuação dos núcleos estaduais, buscando a mobilização dos profissionais e da sociedade na discussão, elaboração e implantação de políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento sustentável do Brasil, e à elevação da qualidade de vida, preservação ambiental, equidade social e acelerada distribuição de renda”, afirmou Bubach.

IGUALDADE ENTRE GÊNEROS

Mudar a cultura organizacional é o primeiro passo para combater práticas discriminatórias

Gênero e compromisso social. Este foi o tema da palestra realizada durante o Coletivo de Mulheres da Fisenge, no dia 0 de janeiro. Inicialmente, a socióloga e integrante do Grupo Gênero em Furnas, representando a Diretoria de Gestão Corporativa, Helena Elizabeth Kulnig, fez uma lembrança histórica da luta por políticas de gênero no país. “O setor elétrico foi pioneiro com as políticas de gênero adotadas. A partir de uma determinação do Ministério de Minas e Energia (MME), diversas empresas criaram práticas de combate à discriminação”, disse.

O Comitê Permanente para Questões de Gênero no MME e empresas vinculadas, criado em 2004, tem o objetivo de planejar, desenvolver e monitorar políticas sobre as questões de gênero. Partindo deste indicativo, Furnas criou o Grupo Gênero *Construindo um Olhar Coletivo sobre a Mulher*, em 2005, composto por titulares e suplentes de cada diretoria da empresa. Para além do âmbito corporativo, o grupo também atua para fora da empresa, especialmente, nas comunidades relacionadas à empresa.

O grupo começou as atividades com entrevistas coletivas, com as quais puderam apontar casos de violência moral e física, dentro e fora da empresa. “Nós descobrimos mulheres que eram agredidas pelos maridos, diferenças salariais, mulheres que eram rechaçadas pelos gerentes. Todos esses depoimentos culminaram na publicação de um livro”, contou Lusía Maria de Oliveira, profissional de Furnas e primeira vice-presidente a ser eleita no Senge-RJ em quase 80 anos de história.

Embora com dificuldades de atuação, devido às dificuldades de liberação nos departamentos, o grupo resistiu e, em 2006, conquistou o 1º selo pró-equidade, destinado às organizações que cumprem práticas antidiscriminatórias. O 2º e o 3º vieram naturalmente e Furnas é uma das nove empresas que conquistaram todos os selos pró-equidade no país. “Vencer os entraves é importante e se trata de um processo dialético, porque a determinação vem de cima para baixo, mas quem mantém as atividades, levando os questionamentos à frente é o grupo”, apontou a engenheira Sandra Cristina Lins dos Santos, que representou o Senge-PR durante a reunião.

De acordo com Helena, as atividades iam de as entrevistas coletivas a filmes com corte de gênero, conversas, workshops, entre outros. “A violência domés-



Camilla Martins

A socióloga Helena Kulnig defende políticas de gênero dentro do ambiente organizacional da empresa

tica também acontece no trabalho; pode ser moral, verbal ou até pelo menosprezo. Fizemos uma entrevista coletiva em Mogi das Cruzes, certa vez, e identi-

“É fundamental envolver os homens nesse processo de conquista de políticas e despertar o companheirismo”, afirmou Lusía de Oliveira, primeira mulher a ser eleita vice-presidente do Senge-RJ

ficamos que mulheres não podiam dirigir o carro da empresa sozinhas para ir a campo. Os homens podiam dirigir, e as mulheres precisavam de motorista”, lembrou Helena. Com o aumento dos relatos de agressões físicas e morais, foi

criado o grupo Diga Não à Violência. Além disso, também foram conquistados benefícios em acordos coletivos de trabalho. “Conquistamos o benefício saúde estendido aos companheiros de mesmo sexo; criamos um grupo de gestantes com participação masculina. É fundamental envolver os homens nesse processo e despertar o companheirismo”, afirmou Lusía.

No entanto, mesmo com muitos avanços, tanto da própria realidade social, como da própria empresa, o grupo ainda enfrenta uma série de dificuldades. “O grupo não existe dentro do organograma da empresa. Somente uma mudança de cultura organizacional para podemos avançar mais”, sugeriu Helena, que propõe a alteração do grupo para um comitê, porque se configuraria como permanente.

“Estruturar uma verdadeira política de gêneros em todos os espaços, desde o mercado de trabalho, até em casa e nas entidades de classe, é essencial para avançarmos pela igualdade de oportunidades. Mudar a cultura organizacional realmente é o primeiro passo”, concluiu Márcia Nori, coordenadora do Coletivo de Mulheres e vice-presidente do Senge-BA.

ENTREVISTA REGINALDO NASSER

“Os EUA assumiu uma postura bastante hipócrita”, disse o professor da PUC-SP Reginaldo Nasser

Depois de 30 anos no poder, exercendo uma “ditadura velada”, finalmente, renunciou o presidente do Egito, Muhammad Hosni Said Mubarak. A “ditadura velada” se desvenda no simples motivo pelo qual os países imperialistas não criticaram até hoje o sistema político egípcio. Durante os 30 anos de exercício de poder, Mubarak foi aliado estratégico dos Estados Unidos da América (EUA), construindo um dos exércitos mais poderosos do mundo, graças a financiamentos norte-americanos. No entanto, o regime mostrou suas falências, tanto na economia como no campo social. Milhares sem emprego, sem perspectiva, uma economia em colapso, descaso com políticas públicas e a soberania alimentar em risco. Este é o verdadeiro cenário social e político pelo qual os egípcios passam. Indignados com a situação, mulheres, homens, jovens e crianças foram às ruas protestar e pedir a saída de Mubarak. Muitos dos manifestantes carregaram os desenhos de Carlos Latuff (ilustrador deste jornal) pelas ruas egípcias, e a comunicação jamais foi tão fundamental nesse processo revolucionário. Diante deste contexto, o **Jornal da Fisenge** entrevistou o professor de Relações Internacionais da PUC-SP, Reginaldo Mattar Nasser.

Qual a importância desse fenômeno na conjuntura política do Oriente Médio?

O Egito é o país mais importante do mundo árabe de forma geral. Desde a década de 1970, o Egito era o maior inimigo de Israel, convertendo-se em aliado. Só dos Estados Unidos, chegaram a receber 1,5 bilhão de dólares por ano e, só no governo Mubarak, foram 30 bilhões de dólares apenas para o setor militar. O que fortaleceu as Forças Armadas do Egito – força dominante desde a queda da Monarquia em 1952 – foi decisivo o apoio do governo dos EUA.

Como você avalia a postura dos EUA?

Eu diria que os EUA assumiu uma postura bastante hipócrita. Isso porque se coloca como campeão de direitos humanos nas questões do Irã, por exemplo, mas fecham os olhos para a violação de direitos humanos no Egito, que é um parceiro estratégico na geopolítica do Oriente Médio.

Que influências este episódio poderá surtir em outros países?

No início da mobilização, a Síria e a Jordânia estavam muito preocupados, bloqueando Facebook e outras redes sociais. O Egito é o verdadeiro exemplo e aumenta a possibilidade de contaminação de outros movimentos em países como Síria, Jordânia, Iêmen, Líbia, por exemplo.

Que postura os egípcios devem assumir nesse momento de transição?

Mesmo que não resulte num grande avan-



ço, certamente trata-se uma significativa conquista. O governo caiu, e é um fato inédito desde a grande revolução no

Irã, em 1979. Agora, virá um momento difícil de transição. Qualquer país que conviveu com uma ditadura por muito tempo terá dificuldades de organização com os movimentos sociais. Os jovens serão os grandes atores do processo de transição, assim como foram fundamentais na mobilização. É preciso que a comunidade se organize.

Que cuidados a população deve tomar em relação aos militares?

Os militares são o principal perigo, porque se trata de um grupo muito bem estruturado, um dos melhores exércitos do mundo. Inclusive, o setor militar participa fortemente da economia egípcia, com poder político e econômico. Por isso, é preciso dar continuidade à mobilização popular.

“Os jovens serão os grandes atores do processo de transição, assim como foram fundamentais na mobilização. É preciso que a comunidade se envolva e se organize, apontou o professor Reginaldo Nasser